



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
GENERAL CÂMARA**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

250502

PROJETO DE RESOLUÇÃO n.º 03/2025

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GENERAL CÂMARA/RS, PARA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, FORTALECIMENTO DA FUNÇÃO FISCALIZATÓRIA E ADEQUAÇÃO DO CALENDÁRIO LEGISLATIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CÂMARA,
no uso de suas atribuições legais e regimentais, conforme dispõe a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Câmara:

FAZ SABER que apresenta, para deliberação do Plenário, o seguinte **Projeto de Resolução**:

Art. 1º: Fica acrescido o §5º ao art. 8º da Resolução nº 05/2013, com a seguinte redação:

§5º. A Câmara Municipal realizará, anualmente, 02 (duas) Sessões Itinerantes em localidades do Município, uma no primeiro semestre e outra no segundo semestre, com datas e locais definidos pela Mesa Diretora e aprovados em Plenário.

Art. 2º: Dá-se nova redação ao art. 14, §1º, do Regimento Interno e acresce o §9º da Resolução 05 de 31 de outubro de 2013, com a seguinte redação

Art. 14, §1º: A Mesa Diretora será eleita pela maioria absoluta dos Vereadores, mediante chapa protocolada junto ao Secretário da Mesa dos Trabalhos ou cargo a cargo, em



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GENERAL CÂMARA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

votação nominal ou secreta, para um mandato de um (1) ano, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§9º. As chapas concorrentes à Mesa Diretora deverão ser protocoladas até o dia 30 de outubro de cada ano, contendo a nominata completa de seus integrantes.

Art. 3º. Dá-se nova redação ao art. 15, do Regimento Interno, Resolução 05 de 31 de outubro de 2013 e acrescentam-se o §1º ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

Art. 15: A destituição de membro da Mesa poderá ocorrer por votação de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, quando comprovadamente faltoso, omissor, desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalectido do cargo para fins ilícitos.

§1º O processo de destituição observará o contraditório e a ampla defesa, devendo ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça, que emitirá parecer antes da votação plenária.

Art. 4º. Dá-se nova redação ao art. 16, do Regimento Interno, Resolução 05 de 31 de outubro de 2013 e acrescentam-se o §§3º e 4º ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

Art.16: A eleição para renovação da Mesa Diretora realizar-se-á na última Sessão Legislativa Ordinária, e a posse dos eleitos ocorrerá no último dia útil de dezembro do respectivo exercício, obedecendo ao disposto no art. 14 deste Regimento.

§3º: A posse antecipada prevista neste artigo tem por finalidade assegurar a continuidade administrativa, devendo a nova Mesa iniciar suas funções a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

§4º: Na hipótese de coincidirem a renovação da Mesa Diretora e o início de nova legislatura, em razão da posse dos Vereadores e do Prefeito eleitos, a posse da nova Mesa dar-se-á em 1º de janeiro, juntamente com a instalação da legislatura.

Art. 5º: Acrescenta-se ao art. 17, inciso II, a alínea “h”, com a seguinte redação:



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GENERAL CÂMARA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art.17, alínea h: disponibilizar, em meio digital, todas as proposições, pareceres, atas e votações no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a realização da sessão ou reunião de comissão.

Art. 6º: Dá-se nova redação ao art. 36, inciso IX, do Regimento Interno, Resolução 05 de 31 de outubro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 36, Inciso IX: Conceder vistas das proposições aos membros da Comissão, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis.

Art. 7º: Dá-se nova redação ao art. 98, §3º, do Regimento Interno, Resolução 05 de 31 de outubro de 2013 e acrescentam-se o §§4º, 5º, 6º e 7º ao mesmo artigo, com a seguinte redação:

Art. 98, §3º: Persistindo o descumprimento após o prazo de 15 (quinze) dias do reiteramento, o fato será comunicado à Comissão de Constituição e Justiça, que deverá instaurar procedimento interno para apuração das razões do não atendimento.

§4º: A Comissão de Constituição e Justiça, ao receber a comunicação, poderá requisitar documentos, informações complementares e convocar o responsável pelo órgão ou setor competente para prestar esclarecimentos no prazo de 10 (dez) dias úteis.

§5º: Verificada a ausência injustificada de resposta, a Comissão elaborará parecer propondo ao Plenário:

I – a remessa do expediente ao Ministério Público, para apuração de possível infração político-administrativa ou ato de improbidade;

II – a comunicação à Controladoria ou à autoridade administrativa competente, para aplicação das sanções previstas neste Regimento.

§6º: Constituem sanções administrativas pelo não atendimento injustificado ao Pedido de Informação:

- a) advertência formal ao servidor ou autoridade responsável;
- b) registro da ocorrência no Relatório de Fiscalização Anual da Câmara;



CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GENERAL CÂMARA

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

c) encaminhamento de recomendação para instauração de processo administrativo disciplinar, quando cabível.

§7º: A reiterada omissão no atendimento a Pedidos de Informação, devidamente comprovada em três ou mais ocorrências no mesmo exercício, configurará falta grave, sujeitando o agente público ao procedimento previsto para a Comissão Processante, nos termos deste Regimento e da Lei Orgânica Municipal.

Art. 8º: Fica incluído o §3º ao art. 179 ao Regimento Interno, Resolução 05 de 31 de outubro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 179, §3º: Cada proposição poderá ser objeto de apenas um pedido de adiamento ou de vista em plenário por legislatura, sendo vedada nova solicitação com o mesmo fundamento.

Art. 9º: Fica incluído o art. 218-A ao Regimento Interno, Resolução 05 de 31 de outubro de 2013, com a seguinte redação:

Art. 218-A. Durante a convocação extraordinária, a Câmara Municipal apreciará exclusivamente as matérias constantes no edital de convocação, sendo vedada a formulação de pedido de vistas ou qualquer requerimento que importe em adiamento da deliberação.

Parágrafo único. As matérias incluídas na convocação extraordinária deverão possuir caráter urgente e relevante, devidamente justificado no ato convocatório.

Art. 10º. Fica incluído o inciso X ao artigo 225 do Regimento Interno da Câmara Municipal de General Câmara, com a seguinte redação:

X- Licença gala, pelo prazo de 8 (oito) dias consecutivos, contados a partir da data do casamento civil, mediante comprovação documental.

Art. 11º. Ficam revogadas as disposições em contrário.



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE
GENERAL CÂMARA**

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Art. 12 °. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

General Câmara, 01 de dezembro de 2025.

CARMO
KONZEN:50
451375068

Assinado de forma
digital por CARMO
KONZEN:504513750
68
Dados: 2025.12.02
10:09:04 -03'00'

CARMO KONZEN

Presidente

ISMAEL LIMA DA SILVA

1º Secretário

Maiky dos Pasços Lima
MAIKY DOS PASÇOS LIMA

Vice-Presidente

Luisa S. de Souza
Luisa S. de Souza

2º Secretária

Justificativa:

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo modernizar e aperfeiçoar o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores de General Câmara/RS, promovendo ajustes pontuais que buscam fortalecer a função fiscalizatória do Poder Legislativo, garantir maior transparência administrativa e adequar o funcionamento do Parlamento à realidade atual da gestão pública.

As alterações propostas foram elaboradas com base na experiência prática do Legislativo municipal e em consonância com princípios de eficiência, publicidade e moralidade administrativa.

As alterações ora propostas traduzem o compromisso desta Câmara com a modernização legislativa, a transparência pública e o fortalecimento institucional, aprimorando o funcionamento do Parlamento e aprimorando os mecanismos de controle e gestão.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos Senhores Vereadores para a aprovação do presente Projeto de Resolução.